Determinantes e perfil do Investimento Externo Direto Brasileiro (IED) nos anos 2000

Daniela Franco Cerqueira[1]

Resumo

O presente texto visa identificar alguns dos determinantes do Investimento Externo Direto (IED) Brasileiro nos anos 2000. Além disso, pretende traçar uma breve caracterização de tais inversões e refletir sobre os possíveis desdobramentos em termos de desenvolvimento para o Brasil. Para tal, faz-se uma análise do perfil setorial e geográfico do IED brasileiro e do papel que a internacionalização dessas empresas passa a ter no projeto de desenvolvimento governamental. Além disso, ressaltamos os limites da nova estratégia para contribuir no processo de desenvolvimento econômico do país.

Palavras chave: Investimento Externo Direto (IED); internacionalização, economia brasileira.

Abstract

This paper aims to identify some of the determinants of Foreign Direct Investment (FDI) Brazilian in the 2000s. It also aims to draw a brief characterization of such investments and reflect on the possible consequences in terms of development for Brazil. To this end, it is an analysis of sectoral and geographical profile of Brazilian FDI and the role that the internationalization of companies in the country is replaced by the government development project. Furthermore, we emphasize the limits of the new strategy to contribute to the development economic process of the country.

Key Words: Foreign Direct Investment (FDI), internationalization, brazilian economy.

1. Introdução

Os países desenvolvidos responderam, até início dos anos de 1990, por quase toda a exportação de capitais realizadas no mundo, investindo em diversas partes do globo através de suas empresas ou através da concessão de empréstimos. Somente a partir do ano de 1985, a participação dos países em desenvolvimento no Investimento Externo Direto (IED) – uma das modalidades de exportação de capitais - começa a aumentar chegando no ano de 2010, conforme mostra a Tabela 1, a quase 25% do total registrados no mundo.

A trajetória de crescimento do IED nas economias em desenvolvimento está assentada, principalmente, no desempenho econômico da Ásia, em especial das economias de Hong Kong e

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF)

China que, de acordo com Dados da UNCTAD[2] da Tabela 1, se constituíram, desde 1985, nos principais exportadores de capitais do mundo subdesenvolvido, respondendo, respectivamente, por 23,2% e 20,8% desse volume em 2010. Cabe destacar, também, o aumento da participação da Rússia a partir do ano de 2002 – proporção que atinge 15,8% em 2010 - e da Índia na segunda metade dos anos 2000.

Tabela 1 - Fluxos de saída de Investimento Externo Direto (IED) segundo o desenvolvimento da economia e países selecionados: 1970, 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000-2010

Ano	Mundo (US$ milhões)	Países em Desenvolvimento	Países Desenvolvidos	Brasil/ Mundo	Participação no IED das economias em desenvolvimento									
					Brasil	China	Hong Kong	Taiwan	Índia	Coréia	Malásia	Rússia	Cinga pura	África do Sul
1970	14.151	0,4	99,6	0,1	27,5	-	0,0	2,0	0,0	-	0,0	-	0,0	32,9
1975	28.594	1,9	98,1	0,4	20,1	-	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	-	7,1	23,5
1980	51.590	6,2	93,8	0,7	11,5	-	2,6	1,3	0,1	0,8	6,3	-	3,1	23,6
1985	62.014	6,4	93,6	0,1	2,0	15,9	24,3	2,0	0,1	14,9	5,3	-	6,0	1,3
1990	241.498	4,9	95,1	0,3	5,2	7,0	20,5	44,0	0,1	8,8	1,1	-	17,1	0,2
1995	362.746	15,2	84,6	0,3	2,0	3,6	45,3	5,4	0,2	6,4	4,5	1,1	12,3	4,5
2000	1.232.117	10,9	88,8	0,2	1,7	0,7	44,2	5,0	0,4	3,2	1,5	2,4	4,4	0,2
2001	752.660	11,0	88,7	-0,3	-2,7	8,3	13,7	6,6	1,7	2,5	0,3	3,1	24,2	-3,8
2002	537.183	9,3	89,9	0,5	5,0	5,1	35,1	9,8	3,4	5,9	3,8	7,1	4,7	-0,8
2003	573.792	8,0	90,1	0,0	0,5	6,2	12,0	12,3	4,1	8,6	3,0	21,1	5,9	1,2
2004	930.105	13,0	85,4	1,1	8,1	4,5	37,7	5,9	1,8	4,7	1,7	11,4	8,9	1,1
2005	882.132	13,8	84,5	0,3	2,1	10,0	22,3	4,9	2,4	5,2	2,5	10,5	9,2	0,8
2006	1.405.389	16,1	82,2	2,0	12,4	9,3	19,8	3,3	6,3	4,9	2,7	10,2	8,3	2,7
2007	2.174.803	13,5	84,1	0,3	2,4	7,6	20,8	3,8	5,9	6,7	3,8	15,6	11,1	1,0
2008	1.910.509	16,2	80,7	1,1	6,6	16,9	16,4	3,3	6,3	6,6	4,8	18,0	-0,1	-1,0
2009	1.170.527	23,1	72,7	-0,9	-3,7	20,9	23,6	2,2	5,9	6,4	2,9	16,1	6,8	0,4
2010	1.323.337	24,8	70,7	0,9	3,5	20,8	23,2	3,4	4,5	5,9	4,1	15,8	6,0	0,1

Fonte: UNCTAD/UNCTADstat

[2] Pela metodologia da UNCTAD, o Investimento Estrangeiro Direto (IED) é definido como um investimento que envolve uma relação de longo prazo e reflete um interesse duradouro de uma entidade residente em uma economia em controlar (investidor directo estrangeiro ou empresa-mãe) uma empresa residente em uma economia diferente. Tal investimento envolve a operação inicial entre as duas entidades e todas as transações subseqüentes entre elas e entre filiais estrangeiras. Os Fluxos de saídas e entradas de IED inclui o capital fornecido (diretamente ou através de outras empresas relacionadas) por um investidor estrangeiro directo a uma empresa de IED, ou o capital recebido por um investidor estrangeiro direto de uma empresa de IED.

O Investimento Direto Externo inclui os três seguintes componentes: capital social, lucros reinvestidos e empréstimos intra-empresa.

- O capital social é a compra do investidor estrangeiro direto de ações de uma empresa em um país diferente daquele de sua residência.

- Os ganhos reinvestidos incluem a remuneração do investidor não distribuída como dividendos pelas filiais ou lucros não remetidos para o investidor direto que são reinvestidos.

- Empréstimos Intra-empresa se referem a empréstimos de curto ou de longo prazo e empréstimos de fundos entre investidores directos (empresas-mãe) e empresas afiliadas.

Dados sobre os fluxos de IDE são apresentadas em bases líquidas (créditos das operações de capital menos os débitos, computados entre os investidores directos e suas filiais no exterior). Diminuição líquida em ativos ou aumento líquido do passivo são contabilizados como créditos (com sinal positivo), enquanto os aumentos líquidos de ativos ou diminuições líquidas de passivos são registrados como débitos (com sinal negativo). Assim, os fluxos de IED com sinal negativo indicam que pelo menos um dos três componentes do IED é negativo e não compensados por valores positivos dos componentes restantes. Estes são chamados de desinvestimento (UNCTADSTAT, 2011). Disponível em : <http://unctadstat.unctad.org/UnctadStatMetadata/Documentation/UNCTADstatContent.html> Acesso em: 07/11/2011.

No que se refere ao Brasil, as inversões do país no exterior têm um primeiro impulso nos setores de Construção e Petróleo. De acordo com CAMPOS (2009), a Mendes Júnior foi a empresa pioneira na participação de projetos no exterior ainda em 1969. No final dos anos de 1970, outras empresas do ramo da construção como a Norberto Odebrecht, a Camargo Corrêa e a Andrade Gutierrez, também, iniciam seu processo de internacionalização com projetos de construção de barragens e estradas. A queda da demanda pública por obras de infra-estrutura, dada a estagnação da economia brasileira durante os anos de 1980, foi o principal impulsionador da internacionalização dessas empresas.

O pioneirismo do ramo de Construção na consecução de IED está associado a oligopolização desse setor já nos anos de 1970, constituindo desde cedo uma estrutura concentrada de grandes empresas dotadas de capacidade gerencial e tecnológica, tornado-as, assim, capazes de promover sua internacionalização. Contribuíram para isso, os elevados lucros e a aquisição de know how com as obras de infra-estrutura que realizaram no país desde o plano de metas como, por exemplo, a construção de usinas hidrelétricas, a abertura de grandes estradas ligando as regiões do Brasil, a criação do BNH e a construção de plataformas e refinarias para a Petrobrás (CAMPOS, 2009).

Outro setor que investiu no exterior na década de 1970 foi o de Extração de petróleo representada pela Petrobrás. RIBEIRO & LIMA (2008) assinalam a presença dessa empresa na Colômbia em 1972. Aqui a proximidade dos recursos naturais é a principal motivação para a internacionalização desta empresa que além do aporte financeiro estatal contou com a capacidade tecnológica adquirida na exploração das jazidas brasileiras para promover a internacionalização de suas atividades via IED.

As movimentações dos setores de Construção e Extração de petróleo resultaram numa elevação da participação do IED brasileiro para 0,7% do IED mundial em 1980 e 1,4% em 1982, proporção que somente foi ultrapassada em 2006 (2,0%), conforme mostra a Tabela 1. Nela podemos observar, também, que embora a participação brasileira na exportação de capitais do mundo sempre foi pequena, representava uma proporção significativa do IED dos países em desenvolvimento até o ano de 1985, quando então as economias asiáticas se lançam numa estratégia de desenvolvimento através da internacionalização de suas empresas que não foi acompanhada pelo Brasil - mesmo após sua inserção na globalização em 1994.

Esse quadro somente começa a se modificar no ano de 2004 quando o montante do IED brasileiro chega a 1,1% daquele verificado no mundo e 8,1% do registrado entre os países em desenvolvimento, mostrando que a internacionalização da produção via inversões no exterior entrou

na estratégia de expansão de algumas empresas brasileiras e nos projetos de desenvolvimento governamental, contando por isso com o aporte técnico e financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Diante do esforço para aumentar a internacionalização das empresas brasileiras, o presente texto pretende identificar alguns dos determinantes das inversões do país nos anos 2000, traçar uma breve caracterização de tais investimentos e refletir sobre os possíveis desdobramentos em termos de desenvolvimento econômico para o Brasil. Para tal, além dessa introdução, o texto expõe, na segunda parte, algumas das características da globalização que se constituíram em estímulo a internacionalização de empresas brasileiras nos anos 2000; na terceira parte, faz-se uma breve caracterização do perfil setorial e geográfico das inversões brasileiras no exterior. Em seguida, apresentamos o papel que o IED passa a ter no projeto de desenvolvimento governamental a partir de 2003, contando por isso com o apoio técnico e financeiro do BNDES. Além disso, ressaltamos os limites da nova estratégia para contribuir no processo de desenvolvimento do país. Posteriormente, tecem-se algumas considerações finais.

Por fim gostaríamos de ressaltar que as estatísticas sobre o IED são uma proxi do fenômeno, uma vez que ocorre a subestimação das inversões realizadas por empresas controladas por capitais brasileiros[3] que o fazem a partir de filiais no exterior, como é o caso da Petrobrás que investe na Bolívia "através de subsidiárias localizadas na Europa (destacadamente na Holanda)" (RIBEIRO & LIMA, 2008, p.13). Do mesmo modo, as inversões de empresas estrangeiras feitas a partir das filiais com sede no país são computadas como IED brasileiro, superestimando tais inversões[4].

2. Antecedentes do IED dos anos 2000

O interesse de empresas brasileiras na internacionalização de suas atividades através da aquisição de ativos no exterior é um reflexo da inserção do país na chamada globalização, entendida aqui como um estágio mais avançado da internacionalização e integração da economia mundial nos âmbitos produtivo e financeiro. Tal integração ocorre com a hegemonia do capital fictício[5], isto é:

[3] A maior parte das empresas brasileiras abriu seu capital a partir da segunda metade dos anos de 1990 e possuem participação de sócios estrangeiros. Desse modo o que chamamos, ao longo do texto, de empresas brasileiras são em sua maioria empresas cuja maior parte das ações ordinárias está em poder de brasileiros.

[4] O Banco Central (BC) computa nas estatísticas de IED todas as pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no País [...] detentoras de valores de qualquer natureza, de ativos em moeda, de bens e direitos mantidos fora do território nacional. Em 31.12.2001, o limite mínimo para a obrigatoriedade de se declarar foi de R$200 mil ou o seu equivalente em outras moedas e, em 31.12.2002, o valor mínimo estabelecido foi de R$300 mil. A partir da terceira declaração, o piso foi fixado em US$100 mil ou o seu equivalente em outras moedas (BANCO CENTRAL DO Brasil, 2011). Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/rex/CBE/Port/Manual_do_declarante_CBE_2011_3o_Trimestre.pdf> Acesso em: 08/03/2012.

[5] O Capital fictício é representado pelos títulos de crédito que dão direito ao proprietário a rendimentos futuros que podem ou não ser derivados de algum capital. Quando os rendimentos não provêm de um capital real seu caráter fictício

> a globalização produtiva, embora relevante, é um fenômeno subordinado. Ou seja, a onda de inovações que tem transformado os sistemas produtivos e a organização dos mercados e promovido um crescimento sem paralelo do investimento direto estrangeiro tem seus limites ditados pela dominância da acumulação financeira (CARNEIRO, 2002, p. 227/228).

Não é possível abordar todas as dimensões da globalização, por isso mencionaremos aqui apenas os aspectos relevantes para entender o impulso que ela dá ao IED brasileiro ao longo dos anos 2000.

Um primeiro elemento é o acirramento da concorrência entre empresas na busca pelo domínio dos mercados mundiais. A recuperação da Europa ocidental e do Japão nos anos de 1960 e o surgimento das economias asiáticas - com estratégias de desenvolvimento associadas a internacionalização de sua estrutura produtiva – em meados dos anos de 1980 colocam em cena diversas empresas com capacidade tecnológica e financeira de disputar o mercado mundial. Acrescente-se, ainda, que a abertura comercial caracterizada pela redução ou eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias (que proibida a importação de bens similares à produção nacional) significou uma maior exposição dos países a concorrência.

Nesse cenário, o IED aparece como um elemento que contribui para diminuir custos, na medida em que pode resultar num melhor acesso a fontes de financiamento ou de matérias-primas essenciais ao processo produtivo. Além disso, o Investimento Direto pode propiciar acesso a mercados com barreiras não tarifárias, diminuir a dependência dos mercados locais ou, ainda, se constituir numa forma de disputar mercados em condições de igualdade com os grupos rivais.

Esse papel de destaque que o IED assume na economia mundial pode ser observado pelo aumento de seu montante a partir do ano de 1985. Conforme mostra a Tabela 1, entre os anos de 1985 e 1990 o IED aumenta em cerca de 290% e entre os anos de 1995 e 2000 o aumento é de, aproximadamente, 239%. Na primeira metade dos anos 2000 o IED mundial se ressente da instabilidade macroeconômica[6] para retomar a trajetória de crescimento após o ano de 2006.

Nesse contexto de acirramento da concorrência e de maior integração dos sistemas produtivos nacionais à economia mundial, ocorre no Brasil a reformulação das estratégias empresariais. Ou seja, a "internacionalização surge não só como uma opção para ao crescimento da empresa, mas em muitos casos como uma condição necessária para fortalecer sua posição

---

é dado pela sua inexistência real. No caso em que tais títulos representam um capital real seu caráter fictício é dado pela incerteza de realização de seus rendimentos; "além do que o mesmo título pode ser revendido inúmeras vezes, a partir da mesma taxa de juros, formando várias propriedades (direitos de participação) com base em apenas um montante de capital inicial, que pode nem completar o seu processo de circulação" (CARCANHOLO, SD, p. 14).

[6] Dentre os fatores que afetaram o desempenho da economia mundial podemos mencionar: a recessão dos Estados Unidos nos anos 2000/2001 que somente começou a ser revertida em 2003 e a crise financeira da Argentina nos anos de 2002/2003.

competitiva diante da crescente concorrência em seus mercados domésticos" (AMBROZIO, 2008, p.1).

Além disso, as inversões no exterior visavam superar os limites do mercado interno à expansão da produção. Este se refere a volatilidade do crescimento econômico brasileiro, cuja taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo dos anos 2000 se situou em patamares inferiores ao verificado em alguns dos principais países da América Latina[7]. Acrescente-se, ainda, que tais empresas já eram líderes do mercado doméstico o que dificulta a conquista de novas frentes de expansão, a menos que se dê via criação de novos produtos. Desse modo, a internacionalização das empresas brasileiras foi estimulada, também, pela "necessidade de encontrar novos mercados a serem explorados, que permitam que as empresas mantenham taxas elevadas de crescimento do faturamento e dos lucros" (RIBEIRO & LIMA, 2008, p.27).

Um segundo elemento da inserção do Brasil na globalização que contribuiu para a concretização de inversões empresariais no exterior foi a realização de uma reestruturação produtiva e a adoção do padrão tecnológico baseado na microeletrônica e nas telecomunicações, resultando na modernização das empresas brasileiras. Além disso, houve um intenso processo de fusões e aquisições que aliado às privatizações conformou grandes grupos nacionais articulados com grupos estrangeiros que ganharam robustez suficiente para participar do mercado internacional.

Nesse aspecto cabe ressaltar que a oligopolização da estrutura de mercado brasileira - com constituição de grandes grupos - foi estimulada, recentemente, pelo governo dentro de sua estratégia de criar empresas com porte suficiente para competir internacionalmente. A esse respeito é ilustrativo o caso do setor petroquímico em 2009, quando a Braskem incorporou a Petroquímica Triunfo passando a deter participações nas quatro centrais petroquímicas brasileiras[8].

---

[7] Segundo os dados do FMI, entre 2004 e 2010 a Venezuela (8,4%), a Argentina (8,3%), o Peru (7,8%), o Uruguai (6,7%) e o Paraguai (5,5%) apresentaram taxa média de crescimento do PIB superior ao do Brasil (5,3%). A Colômbia (5,2%), o Equador (5,1%), o Chile (4,9%), a Bolívia (4,7%) e o México (3,7%) ficaram abaixo da média brasileiras. Disponível em: < http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2010/02/weodata/weoselgr.aspx>. Acesso em 08/03/2012.

As menores taxas de crescimento do Brasil vis-à-vis a outros países da América do Sul e do mundo refletem a política macroeconômica do país caracterizada por taxas de juros que estão entre as maiores do mundo combinada por uma política fiscal de elevado superávit primário. Para uma análise mais detalhada da política macroeconômica brasileira ver Filgueiras e Gonçalves (2007).

[8] A formação da Braskem (empresa controlada pelo grupo Odebrecht) é uma exemplo de como as privatizações, fusões e aquisições levaram ao surgimento de grandes grupos empresariais. Nos anos de 1990, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND) a Odebrecht compra parcela significativa da Copesul (Central de Matérias-Primas do Polo Petroquímico do Rio Grande do Sul), o controle da PPH, da Poliolefinas, da Salgema e da CPC. A Odebrecht integra a PPH e a Poliolefinas, criando a OPP Petroquímica S.A. Integra, também, a Salgema e a CPC, criando a Trikem S.A., a primeira integração vertical do setor no país. Em 2001, em parceria com o Grupo Mariani, a Odebrecht adquire o controle da Copene (Central Petroquímica de Camaçari), no estado da Bahia, e inicia um processo de integração de ativos, de primeira e de segunda gerações, nasce daí a Braskem em 2002. Em 2006, a

Além da reconfiguração da estrutura de propriedade, houve uma redefinição da estrutura produtiva caracterizada pela "especialização regressiva na economia brasileira com ampliação do peso dos setores intensivos em recursos naturais e trabalho e redução da importância – com exceções – dos intensivos em tecnologia e capital" (CARNEIRO, 2002, p.320).

Houve, também, um aumento do coeficiente de importação vis-à-vis a diminuição das relações intersetoriais da economia. De acordo com Coutinho (1996), a desverticalização em busca da especialização se deu com a concentração das empresas em atividades de maior rentabilidade e com o fechamento das linhas de produção que continham um grau maior de incerteza ou de tempo de maturação. Com base nesses critérios de corte, as linhas de produção abandonadas foram aquelas de maior conteúdo tecnológico e os (poucos) investimentos em P&D.

Esse ajuste regressivo da estrutura produtiva significou, segundo Tavares e Belluzzo (2002), o abandono da indústria de bens de capital e a internalização do avanço tecnológico via importação e modernização das plantas e não via expansão do setor de bens de capitais. A esse respeito, cabe ressaltar que houve a "preservação de um segmento de montagem que destina uma parcela significativa da produção para os mercados regionais" (CARNEIRO, 2002, p. 317), como é o caso do segmento automotivo e da montagem de aviões representado pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER).

Os setores aos quais pertencem os principais grupos internacionalizados é um reflexo desse ajuste regressivo da estrutura produtiva. Conforme mostra a Tabela 2, a presença das chamadas commodities industriais - celulose e papel, produtos químicos da primeira e segunda geração, siderurgia e metalurgia -, dos setores tradicionais (têxtil e alimentos), da indústria extrativa e da construção respondem juntos pela atividade de quase metade (45,0%) dos grupos brasileiros internacionalizados. Outros 27,5% correspondem ao setor de serviços com destaque para aqueles ligados ao ramo de transporte, de energia e de tecnologia da informação. Os 27,5% restantes representam o setor automobilístico, de bens de capital e de material de transporte.

Do ponto de vista da globalização financeira, gostaríamos de destacar que ela também contribuiu para a internacionalização das empresas brasileiras. O processo de liberalização financeira se refere a constituição de um arcabouço jurídico capaz de conferir maior facilidade para que os residentes possam adquirir ativos e passivos expressos em moeda estrangeira e os não-residentes operar nos mercados financeiros domésticos.

Braskem incorpora a Polialden, em 2008, incorpora a Ipiranga Petroquímica e Petroquímica Paulínia (BRASKEM, 2012).

Tabela 2 - Principais Empresas Brasileiras Internacionalizadas*, 2010

Empresa	Setor Principal	Países onde o grupo mantém operações
JBS-Friboi	Agronegócio	Unidades produtivas: Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, México, Porto Rico, EUA, Inglaterra, Itália, Egito e China
Gerdau	Siderurgia e Metalurgia	Brasil, Canadá, EUA, Argentina, México, Guatemala, República Dominicana, Venezuela, Colômbia, Peru, Chile, Uruguai, Espanha, Índia
Ibope	Pesquisa de Mercado	Argentina; Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico,Uruguai,Venezuela
Metalfrio	Maquinas e Materiais Elétricos	Brasil, Dinamarca, Turquia, EUA, México, Bahamas, Rússia
Odebrecht	Obras de Infra-estrutura	Brasil, EUA, Argentina, Peru, Colômbia, Venezuela, Angola, Republica Dominicana, México, Cuba, Panamá, Portugal, Emirados Árabes Unidos, Coreia do Sul, Djibuti, Inglaterra, Líbia, Mocambique, Equador, Chile, Bolívia, Costa Rica, Uruguai, China, Espanha
Marfrig	Produtos Alimentícios	Brasil, União Européia, América do Sul, Amperica Central, Ásia, Nafta, Oriente Médio, Austrália
Vale	Mineração 92%; Transporte 6%; Energia 1%, Outros 1%	Brasil, Estados Unidos, Argentina, Chile, Peru, Colômbia, Barbados, Canadá, África do Sul, Namíbia, Angola, Moçambique, Congo, Guiné, Omã, China, Reino Unido, França, Suiça, Alemanha, Cazquistão, Índia, Mongólia, Tailândia, Coreia do Sul, Japão, Taiwan, Filipinas, Singapura, Indonésia, Nova Caledônia, Austrália, Noruega
Sabó	Autopeças	Plantas no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Alemanha, Áustria, China e Hungria, além dos escritórios técnico-comercias na França, Inglaterra e Japão
Tigre	Material de Construção	Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Paraguai, Peru, Uruguai
Suzano Papel e Celulose	Celulose e Papel	Brasil, Argentina, Inglaterra, Estados Unidos, Ilhas Cayman, Áustria, Suíça, China
Artecola	Produtos Químicos	Brasil, Argentina, México,Colômbia, Peru e Chile
Lupatech	Maquinas e Materiais Elétricos	ND
Camargo Corrêa	Obras de Infra-estrutura	Brasil, Angola, Argentina, Chile, Colômbia, Curaçao, Equador, Espanha, Estados Unidos, Moçambique, Paraguia, Peru, Venezuela
Ci&T Software	Tecnologia da Informação	ND
Marcopolo Veículos	Automotores e Carrocerias	Brasil, China, Egito, África do Sul, Argentina, México, Colômbia, Índia,
Weg	Máquinas e Materiais Elétricos	Brasil, Chile, Colômbia, Argentina, Venezuela, México, Estados Unidos, Bélgica, França, Alemanha, Inglaterra Itália, Suécia, Austrália, Índia, Japão, China, Singapura, Emirados Árabes Unidos, África do Sul, Rússia, Portugal, Espanha
Stefanini IT Solutions	Tecnologia da Informação	Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos, México, Panamá, Peru, Venezuela, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Itália, Polônia, Portugal, Reino Unido, Romênia, Suécia, Suíça, China, Filipinas, Índia
Votorantim	Financeiro 30%; siderurgia e metalurgia 27%; Ind. Construção 26%, papel e celulose 11%; agronegócio 2%	Brasil, Bahamas, Canadá, Estados Unidos, Argentina, Bolívia, Colômbia, Peru, Bélgica, Inglaterra, Suíça, Áustria, China
América Latina	Logística Transporte Terrestre	Brasil e Argentina

Tam	Transporte aéreo	Brasil, EUA, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile, Peru,Venezuela, França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Espanha
Embraer	Equipamentos de Transporte	Brasil, Estados Unidos, França, Portugal, China, Singapura
Natura	Cosméticos e Higiene Pessoal	Brasil, Estados Unidos, Argentina, Peru, Colômbia, Venezuela, México, Portugal, Chile, Espanha, França, Holanda
Petrobrás	Ext. de Petróleo e Gás Natural	Angola, Argentina, Austrália, Benin, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cingapura, Colômbia, Cuba, E.U.A., Equador, Gabão, Holanda, Japão, Líbia, México, Namíbia, Nigéria, Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido, Tanzânia, Turquia, Uruguai, Venezuela
Bematech	Maquinas e Materiais Elétricos	Brasil, Argentina, China, Taiwan, Estados Unidos
Alusa	Energia Elétrica	Brasil, Chile, Argentina, Peru, Costa Rica
Spoleto	Produtos Alimentícios	Brasil, México e Espanha
Andrade Gutierrez	Obras de Infra-estrutura	Brasil, Argentina, Angola, Argélia, Bolívia, Canadá, Congo, Equador, Espanha, EUA, Guiné, Peru, Grécia, MauritÂnia, México, Panamá, Portugal, República Dominicana, Venezuela
Itaúsa	Financeiro 96,44%; Construção 1,74%; Eletroeletrônico 1,35%; Químico e petroquímico 0,47%	Brasil, EUA, Ilhas Cayman, Portugal, Luxemburgo, Argentina, Uruguai, Paraguai, Japão, Chile, China, Reino Unido, Ilhas Bahamas, Antilhas Holandesas, Emirados Árabes, Costa Rica, Itália, França, México, Bélgica, Venezuela, Equador, Espanha. Suíça, Holanda, Colômbia
Totvs	Tecnologia da Informação	Brasil, Argentina, México, Portugal
DHB	Maquinas e Materiais Elétricos	Não Disponível (ND)
Ultrapar	Distribuição de Combustíveis	Brasil, Estados Unidos, Argentina, México, Venezuela, Bélgica
Localiza	Locação de Transportes	Brasil, Equador, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile, Peru, Colômbia
Randon	Reboque e Carrocerias	Brasil, Argentina, Estados Unidos, China
Cia Providência	Prod. Higiênicos e Descatáveis	Brasil e Estados Unidos
Brasil Foods	Bens de consumo (100%)-Alimentos	Unidades industriais: Argentina, Inglaterra e Holanda; Escritórios comerciais: Chile, Urugaui, Venezuela, Ilhas Cayman, Hungria, Inglaterra, Rússia, Holanda, Itália,Austria, Portugal, França, Alemanha, Turquia, Cingapura, Japão, China
Marisol	Produtos Têxteis	Brasil, Itália, México
Cemig	Energia Elétrica	Brasil e Chile
Eletrobrás	Energia Elétrica	Brasil e Paraguai
Bradesco	Financeiro 64%	Brasil, Argentina, Reino Unido, EUA, Luxemburgo, Inglaterra, Japão e China
BTG Pactual	Financeiro 100%	Brasil, EUA, Inglaterra e China
BMG	Financeiro 100%	Brasil, EUA, Ilhas Cayman
Bicbanco	Financeiro 100%	Brasil e Ilhas Cayman
BBM	Financeiro 100%	Brasil e Bahamas

Fonte: Fundação Dom Cabral (2009), Revista Exame Maiores e Melhores 2010 e Sites das empresas

* Não participaram da pesquisa os grupos Itaú-Unibanco e Itautec (por fazerem parte do grupo Itaúsa), Oi (parte do grupo Andrade Gutierrez) e Aracruz (agora integrante do grupo Votorantim)

Previ, Petros, Funcef e Funcesp –, patrocinados, respectivamente, pelo Banco do Brasil, Petrobras, Caixa e Companhia Energética de São Paulo, reunidos na holding **Litel, e o governo federal, via **BNDESPar**, *atingiram 60,5% do capital votante*

A liberalização e a abertura financeira no Brasil foi iniciada “no final dos anos 1980 [...] aprofundada nos governo Collor e FHC [...] [Posteriormente] O governo Lula deu continuidade a esse processo, a partir da mesma estratégia adotada pelos governos precedentes [...] seja mediante resoluções e circulares do Banco Central, seja por meio de medidas provisórias” (PRATES, 2006, p. 136).

Dentre as modificações no marco regulatório brasileiro podemos citar: a autorização para as empresas captarem diretamente empréstimos através da emissão de títulos nos mercados internacionais de capitais e para as instituições financeiras adquirirem livremente moeda no mercado de câmbio flutuante. Permitiu-se, também, a aquisição de ativos no exterior. Além disso, o Banco Central do Brasil (BCB) dispensou a exigência de documentação para repatriação de recursos, permitiu a abertura de novos setores ao investimento externo direto e equiparou a empresa estrangeira à empresa nacional permitindo o acesso destas ao sistema público de crédito e aos incentivos fiscais (CARNEIRO, 2002).

Durante o governo de Lula duas medidas principais podem ser destacadas: i) a extinção da conta CC5, eliminando os limites para que pessoas físicas e jurídicas convertessem o real em moedas estrangeiras e efetuassem remessas para o exterior; ii) a flexibilização da cobertura cambial às exportações o que “ampliou a conversibilidade da conta corrente do Balanço de Pagamentos” (PRATES, 2006, p137).

Dentre os efeitos negativos da abertura financeira para o Brasil podemos mencionar a fragilização dos centros internos de decisão, em razão da perda de autonomia da política monetária, onde a determinação do câmbio e dos juros obedece à lógica dos mercados financeiros. Na vigência da abertura financeira, a variação da taxa de câmbio passa a ser determinada pelo “fluxo e refluxo de capitais internacionais e do maior ou menor descasamento de ativos e passivos, em dólar, dos bancos, de empresas e de rentistas sediados no Brasil” (TAVARES e BELLUZZO, 2000, p.167/168).

No caso das taxas de juros, sua determinação está associada aos déficits externos: na medida que estes crescem, levam a um aumento das taxas de juros internas, cujo rebatimento é sobre as contas públicas com aumento da dívida interna e externa. Os juros aumentam numa relação direta com a vulnerabilidade externa da economia e com a dependência de capitais estrangeiros para financiar o passivo externo líquido. Com isso, as taxas de juros do Brasil não podem ser reduzidas abaixo de determinado limite estabelecido pelas exigências de remuneração do capital.

Considerando como elemento explicativo das características do processo de internacionalização, a abertura financeira possibilitou maior acesso ao crédito, inclusive em moeda

estrangeira, permitindo a alavancagem de suas estratégias no exterior. Além disso, a maior liberdade para realizar operações financeiras, propiciada pelas medidas acima citadas, tornou os ganhos patrimoniais com títulos e ações parte importante dos lucros operacionais contabilizados pelas empresas, estimulando estratégias de internacionalização com objetivo de aproveitar as oportunidades de ganhos patrimoniais.

Por um lado, as inversões puramente financeiras dos grupos brasileiros ocorre porque as finanças ganharam autonomia e se transformaram em mais uma frente onde se dá a concorrência capitalista visto que uma posição privilegiada nos mercados financeiros pode garantir aos grupos recursos para alavancar suas estratégias, dando-lhes a capacidade de influenciar as variáveis macroeconômicas, evitando flutuações do câmbio e dos juros que resultem em prejuízos (PILHON, 1998). Por outro lado, reflete uma tradição rentistas do sistema financeiro nacional, habituado, desde o início dos anos de 1980, a manter seus lucros a partir de ganhos financeiros, inicialmente com a inflação e agora com aplicações em títulos do governo.

3. Características do IED[9]

3.1 IED setorialmente

A composição setorial das inversões brasileiras no exterior pode ser vista na Tabela 3. Nela observamos a elevada participação dos Serviços prestados às empresas no perfil setorial do IED brasileiro até 2006, ano no qual essa participação atingiu o maior valor (51,8%). Posteriormente, houve diminuição na participação relativa (que ficou abaixo dos 15%) e absoluta dos montantes invertidos nesse setor.

O acirramento da concorrência estimulou a internacionalização como forma de assegurar e consolidar os mercados exportadores, oferecendo assistência técnica e serviços pós-vendas para os consumidores. Desse modo, o IED se destinou a "estabelecer canais de distribuição, serviços de assistência técnica ou comercial aos clientes, serviços pós-vendas ou qualquer atividade cuja finalidade seja apoiar a estrutura de produção e venda" (RIBEIRO & LIMA, 2008, p.55). Esse perfil do IED é, entretanto, característico das fases iniciais de internacionalização. A consolidação da empresa no mercado mundial requer inversões em unidades produtivas o que explica a queda na participação dos serviços após 2006.

[9] Nesse tópico, utilizamos os dados da declaração anual dos Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) feita ao Banco Central do Brasil (BCB) por residentes, domiciliados ou com sede no país que possuem bens e valores no exterior num montante igual ou superior a cem mil dólares. Isso porque essa base de dados disponibiliza informações sobre o destino setorial e geográfico das inversões brasileiras no exterior.

Tabela 3 - Investimento Direto Brasileiro no Exterior segundo o ramo de atividade, 2000-2010

Ramo de Atividade	Investimento Direto por Ano					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total (US$ milhões)	**42.584**	**43.397**	**44.769**	**54.027**	**65.418**	**97.715**
Serviços Prestados Principalmente As Empresas	33,6	32,1	39,8	37,0	36,1	51,8
Intermediação Financeira	30,9	34,8	30,9	28,0	26,3	21,0
Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar	17,7	19,5	18,9	23,9	22,8	16,9
Comércio Por Atacado e Representantes Comerciais e Agentes do Comércio	4,0	4,2	4,2	4,1	4,4	2,8
Extração de Petróleo e Serviços Relacionados	3,7	0,2	0,4	1,0	4,3	2,4
Construção	2,9	3,5	1,6	1,0	0,9	1,1
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Álcool	1,5	0,5	0,5	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	1,0	0,6	0,1	0,0	0,0	0,0
Fabricação de Produtos do Fumo	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transporte Aquaviário	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,0
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	0,4	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1

Ramo de Atividade	Investimento Externo Direto por Ano			
	2007	2008	2009	2010
Total (US$ milhões)	**111.339**	**113.755**	**132.413**	**169.066**
Serviços financeiros e atividades auxiliares	38,8	35,3	38,8	38,2
Agricultura,pecuária e extrativa mineral	34,2	31,2	31,6	31,2
Extração de minerais metálicos	32,7	29,8	30,2	27,4
Serviços de escritório e outros serviços prestados à empresas	6,8	8,2	6,3	5,7
Atividades profissionais, científicas e técnicas	5,9	8,3	6,5	6,5
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão de empresas	4,0	6,5	5,3	4,3
Comércio, exceto veículos	2,5	1,5	1,4	1,8
Produtos alimentícios	1,3	2,1	2,5	3,3
Extração de petróleo e gás natural	1,3	1,2	1,3	3,7
Produtos minerais não-metálicos	1,0	1,1	1,3	2,3
Serviços pessoais	0,9	0,9	0,8	0,7
Eletricidade, gás e outras utilidades	0,8	0,8	0,7	0,6
Metalurgia	0,6	0,7	1,1	1,7
Obras de infra-estrutura	0,5	0,3	0,5	0,5
Outros serviços	0,3	0,1	0,1	0,1
Veículos automotores, reboques e carrocerias	0,3	0,5	0,4	0,4
Atividades imobiliárias	0,3	0,4	0,3	0,7
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: Declarações do CBE (Capitais Brasileiros no Exterior) / Banco Central do Brasil

Os investimentos relacionados às atividades financeiras[10] também mostram significativa participação no IED brasileiro. De acordo com Freitas (2010), os países em desenvolvimento foram

[10]Nessa rubrica estão agregadas as atividades relativas aos bancos (comerciais, múltiplos, de investimento, de desenvolvimento); as financeiras; aos fundos de investimento (carteira de títulos e/ou valores mobiliários); as sociedades de atividades de participação; as sociedades de capitalização; a securitização de créditos, etc.

atraídos para o exterior, desde meados dos anos de 1970, pela expansão dos Euromercados. Mais recentemente, esse processo se consolida com a desregulamentação financeira das economias nacionais. No caso do Brasil, a internacionalização das instituições financeiras privadas foi uma resposta concorrencial dos bancos nacionais a entrada de bancos estrangeiros no país. Além disso, a internacionalização está associada com a colocação de títulos no mercado exterior, a formação de empresas offshore em paraísos fiscais, a abertura de capital com a colocação de ações de empresas brasileiras em bolsas internacionais e ao aproveitamento das oportunidades de ganhos financeiros em geral[11].

Os dados sobre os grupos brasileiros internacionalizados na Tabela 2, mostram que os bancos Itaú, BMG, e Bicbanco possuem agências nas Ilhas Cayman, o Bradesco em Luxemburgo, o Votorontim e o BBM estão localizados nas Bahamas. Cabe ressaltar que outros bancos e financeiras com sede no país e que remetem dinheiro para os paraísos fiscais, também, inflam as estatísticas do IED brasileiro relativas ao setor financeiro. É o caso, por exemplo, do HSBC (inglês) e do Santander (espanhol).

No caso das instituições públicas, a abertura de filias no exterior está associada ao financiamento do comércio exterior brasileiro - Banco do Brasil (BB) - e das inversões produtivas de diversos setores de atividade - no caso do BNDES, apesar disso, tanto o Banco do Brasil quanto o Banrisul possuem agências nas Ilhas Cayman[12].

Cabe ressaltar que não apenas as instituições financeiras têm operações declaradas nos paraísos fiscais. Conforme mostra a Tabela 2, a Suzano Papel e Celulose e a Brasil foods possuem operações nas Ilhas Cayman e a Metalfrio nas Bahamas, mostrando que as operações financeiras compõem os lucros de alguns dos principais grupos empresariais do país.

A Agroindústria despontou, a partir de 2007, como o setor responsável por cerca de um terço do IED brasileiro. Esses números resultam da aquisição de empresas no exterior, em especial no setor de carnes. Dentre elas, destacamos a compra da processadora de carnes holandesa Plusfood Groep BV pelo grupo Brasil Foods; a aquisição da americana Swift Foods & Company pelo frigorífico JBS-Friboi; a compra das empresas argentinas Best Beef S.A. e Estancias Del Sur e dos

[11] De acordo com estudo de Freitas (2010), quase 28% das filiais de bancos brasileiros no exterior estão localizadas em paraísos fiscais do Caribe e da Ásia, mostrando a relevância das estratégias puramente financeiras na instalação de agências no exterior.

[12] Conforme informações retiradas dos sites, o Banco do Brasil possui agências, subagências, subsidiárias e/ou escritórios de representação comercial nos seguintes países: Alemanha ; Argentina ; Áustria ; Bolívia ; Chile ; Espanha ; Estados Unidos ; França, Inglaterra ; Itália; Japão; Paraguai; Portugal; Venezuela, México, Emirados Árabes, Hong Kong, Peru, Angola, Uruguai, Panamá, Coréia do Sul, Japão, Ilhas Cayman; O BNDES possui escritório no Uruguai e subsidiária no Reino Unido e o Banrisul possui duas agências uma em New York e outra nas Ilhas Cayman. A Caixa Econômica Federal funciona no exterior através de bancos correspondentes.

frigoríficos uruguaios La Caballada, Tacuarembé e Elbio Perez Rodriguez pelo Marfrig Frigoríficos.

A literatura que aborda a internacionalização do agronegócio brasileiro considera como relevante para a decisão desse setor investir no exterior o financiamento que o BNDES dispõe para a expansão de empresas em setores que têm projeção internacional e capacidade competitiva. Acrescente-se, ainda, que a

> possibilidade de atender mercados mais exigentes e com melhor remuneração atraiu o interesse dos frigoríficos brasileiros para a aquisição de empresas localizadas em países da América Latina, Austrália, Estados Unidos e Europa, livres das restrições fitossanitárias. Outras vantagens são a proximidade do mercado consumidor, conhecimento sobre os canais de distribuição e divulgação da marca da empresa (STAL & SEREIA, 2010, p.8)

Outro segmento que elevou a participação no IED do Brasil a partir de 2007 foi o de Minerais não metálicos que passou a responder por cerca de 30% das inversões estrangeiras. Esse setor tem na Vale do Rio Doce (empresa privatizada em 1997) a principal empresa responsável pela sua expansão. O fator determinante para o movimento de internacionalização desse segmento é a busca de recursos naturais que constituem a base de sua atividade produtiva. Dentre os investimentos que sustentam a sua participação no IED podemos citar:

Aquisição da mineradora Canadense Inco; aquisição da AMI holding Australia Pty que opera e controla ativos de carvão em 2007; contrato entre a Vale e a Jogmec (empresa Japonesa de petróleo, gás e mineração) para exploração de recursos naturais na África em 2008. Em 2009, houve o lançamento da pedra fundamental do Projeto de exploração de carvão de Moatize em Moçambique; a conclusão da aquisição de ativos de carvão da cementos Argos S.A. na Colômbia e o aumento da participação de 10% para 26,87% na Thissenkrupp CSA Siderúrgica do Atlântico Ltda. (VALE DO RIO DOCE, 2011).

Por fim, gostaríamos de mencionar a pequena participação dos investimentos em infra-estrutura. Embora as construtoras brasileiras tenham participado de diversos projetos na América do Sul[13], eles não são completamente captados pelas estatísticas do IED, visto que os insumos e matérias-primas usadas em empreendimentos financiados pelo BNDES são adquiridos obrigatoriamente no Brasil e, por isso contabilizadas nas estatísticas de comércio exterior.

[13] Os seguintes empreendimentos contaram com recursos do BNDES: Construção da Usina Hidrelétrica de São Francisco no Equador, Usina Hidrelétrica de La Vueltosa na Venezuela; Linhas 3 e 4 Metrô de Caracas; Transmilênio - Transporte Urbano na Colômbia; Ruta 10 (PR) ; Ampliação Metrô Santiago no Chile; Gasodutos TGN/TGS em Albanesi na Argentina; Águas de Maldonado no Uruguai ; Transantiago no Chile; Linha Transmissão UTE Punta del Tigre no Uruguai (COUTINHO, 2009).

Essa é uma área cujos recursos empregados tendem a crescer, haja vista que uma das estratégias governamentais para a América do Sul é promover a integração física e energética dos países da região[14]. Para tal, as inversões se destinam aos setores de transporte, energia e comunicações e contam, também, com o apoio do BNDES. Existem 47 projetos na área de infra-estrutura em fase de execução ou de preparação perfazendo um total de mais de US$ 96 bilhões[15]. Estes se relacionam prioritariamente ao setor de transportes haja vista que os projetos energéticos têm ficado a cargo da Petrobrás através de seus investimentos nos países da região. Conforme o Ministério das Relações Exteriores (MRE), os "projetos na América do Sul são executados em parte, ou no todo, por construtoras brasileiras (MRE, 2011, p. 20).

Os dados acima observados nos mostram que os investimentos no exterior podem ser divididos em duas fases: a primeira caracterizada pela constituição de escritórios comerciais com vistas a fornecer assessoria técnica e serviços pós-venda. Essa fase tinha o principal objetivo de garantir o mercado exportador das empresas. Posteriormente, a partir de 2006, houve o que poderíamos chamar de um maior comprometimento das empresas com a internacionalização, o que resultou no investimento em unidades produtivas no exterior, principalmente, através de aquisições de empresas ou da constituição de joint-venture.

Os setores mais importantes do IED brasileiro (mineração/siderurgia e o agronegócio) estão representados, respectivamente, pelas empresas Vale do Rio Doce, Gerdau, Votorontim e Friboi, Mafrig, Brasil foods, conforme a tabela 2. Considerando o perfil dessas empresas, percebemos que se trata de grandes grupos caracterizados pela diversidade de setores de atuação, isso significa a possibilidade de deslocamento de recursos intragrupo que permitam sustentar uma estratégia de internacionalização mais agressiva.

A dimensão desses grupos permite com que além das unidades de produção, adquiram participações em ferrovias[16], centros de distribuição[17], terminais marítimos[18] e rodoviários[19] em

---

[14] Os investimentos abarcam dez Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID): o Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela); o Andino do Sul (Argentina, Bolívia e Chile); o Capricórnio (Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Chile); a Hidrovia Paraguai-Paraná (Argentina, Brasil, Paraguai e Bolívia); o Amazonas (Colômbia, Equador, Peru e Brasil); o Escudo guayanés (Venezuela, Brasil, Guiana e Suriname); o Eixo do Sul (Argentina e Chile); o Interoceânico Central (Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru); o Mercosul-Chile e o Eixo Peru-Brasil-Bolívia (PROJETO PERSPECTIVA DE INVESTIMENTO NO BRASIL, 2009).

[15] Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Disponível em: <http://www.iirsa.org/BancoConocimiento/B/bdp_resumen_cartera_por_eje/bdp_resumen_cartera_por_eje.asp?CodIdioma=ESP> Acesso: 17/11/2011.

[16] A Vale possui uma ferrovia na Argentina e Colômbia. A empresa investe, também, em atividades de estudo e desenvolvimento de novas fontes de minerais na África do Sul, Angola, Cazaquistão, China e Filipinas.

[17] A Friboi possui 31 centros de distribuição nos EUA e 05 na Austrália. A Mafrig possui centros de distribuição nos EUA, Chile, Argentina, França, Inglaterra, Alemanha, Kuwait, Emirados Árabes, Coréia do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

[18] A Vale possui instalações portuárias na China, a Votorontim possui terminal marítimo na Austrália.

alguns países onde atuam, facilitando o escoamento da produção via exportações para países próximos nos quais as empresas se inserem. Além de contar com o financiamento público, o tamanho dos grupos permite, também, maior acesso a fontes de financiamento privado. Vemos, portanto, que o tamanho e a diversificação dos grupos que atuam na Agroindústria, de mineração e siderurgia certamente contribuíram para o peso desses segmentos na internacionalização brasileira.

3.2 IED Geograficamente

Observando o destino do IED brasileiro, a Tabela 4 mostra que apesar do declínio ao longo da década parte expressiva das inversões se destina a paraísos fiscais como as Ilhas Cayman, as Ilhas Virgens Britânicas e as Bahamas que em 2010 responderam por 38,4% das inversões brasileiras no exterior - valor inferior ao registrado em 2001 que foi de 65,6%. De acordo com a FIESP, "Esse movimento corresponde as vantagens fiscais oferecidas por esse país, o que não necessariamente traduz o destino final dos recursos" (FIESP, 2009, p.1).

Cabe ressaltar que as empresas offshore tem se proliferado em função da globalização porque permite sigilo e privacidade nos negócios, liberdade de câmbio e eventual acesso a determinados tipos de financiamento internacional a juros baixos, propiciando maior aproveitamento das oportunidades de negócios no mundo inteiro. Além disso, as empresas em paraíso fiscais desfrutam de isenções fiscais ou impostos reduzidos sobre os rendimentos, reduzindo os custos administrativos.

Tabela 4 - Investimento Direto Externo Brasileiro segundo o país receptor, 2001-2010

Países	Investimento Direto Brasileiro no Exterior									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total (US$ milhões)	49.689	54.423	54.892	69.196	79.259	114.175	139.886	155.668	164.523	189.222
Cayman, Ilhas	37,4	44,4	40,5	38,0	33,4	30,5	29,8	33,5	27,7	24,0
Virgens, Ilhas (Britânicas)	15,8	10,8	12,2	9,6	9,7	9,4	8,5	7,2	8,2	7,8
Bahamas, Ilhas	12,4	13,4	12,6	11,9	9,9	8,2	6,9	6,2	6,4	6,5
Uruguai	7,3	4,1	6,6	3,4	3,0	1,6	1,5	1,6	1,7	1,4
Argentina	3,6	3,0	3,0	2,6	2,7	1,9	1,8	2,3	2,7	2,8
Espanha	3,4	5,4	3,3	4,3	4,2	3,7	3,0	3,3	3,2	4,8
Estados Unidos	3,1	3,9	4,2	4,1	5,5	3,7	5,9	6,8	6,9	7,4
Madeira, Ilha da	2,1	1,3	1,3	0,8	0,6	0,3	nd	nd	nd	nd
Bermudas	2,0	2,0	1,1	0,6	0,9	13,2	0,5	0,2	0,7	0,3
Panamá	1,9	1,8	1,4	0,6	0,7	0,5	0,8	2,4	0,6	0,9
Portugal	1,5	2,2	2,0	1,4	1,1	0,9	1,2	0,9	1,2	1,7
Luxemburgo	1,2	0,8	3,8	4,5	4,5	3,5	3,1	3,0	2,8	2,7
Países Baixos (Holanda)	1,2	0,7	1,4	1,7	3,7	2,9	1,6	1,6	2,3	5,9
Canadá	0,9	0,5	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,8	1,1
Reino Unido	0,7	0,2	0,8	0,7	1,1	0,8	0,6	0,9	0,7	0,5
Chile	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	1,6	0,4	0,3	0,3	0,3
Colômbia	0,3	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,4	0,5
França	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,3	0,6
México	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,4	0,2	0,6	0,4
Equador	0,1	0,2	0,1	0,2	0,01	0,04	nd	nd	nd	nd
Paraguai	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Bolívia	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	nd	nd	nd	nd
Peru	0,1	0,1	0,1	0,4	0,4	0,2	0,4	0,2	0,4	1,2
Venezuela	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,5	0,4

Fonte: Declarações do CBE (Capitais Brasileiros no Exterior)/BCB

[19] A Votorantim possui terminal rodoviário no Canadá.

Considerando o destino do IED brasileiro sem a participação dos paraísos fiscais, podemos observar, na Tabela 5, que a importância da América do Sul também decresceu ao longo da década, passando de 34,8%, em 2001, para 10,9% em 2010. A queda de participação dessa região nos montantes de IED brasileiro não significa a perda de importância desses países como destino das inversões. Apenas que num primeiro momento o IED brasileiro se concentrou geograficamente onde existia maiores facilidades tais como: proximidade física, empresas em dificuldades financeiras, mercados menos oligopolizados e empresas com menor poderio tecnológico e financeiro do que as existentes nos países desenvolvidos.

Acrescente-se, ainda, que de acordo com Coutinho et al (2003) a diversidade setorial dos investimentos brasileiros na América do Sul tornam essa região mais importante em razão da maior integração produtiva vis-à-vis países que apresentam inversões em apenas um setor de atividade. Nesse caso, podemos ver a partir da Tabela 2 que dentre as empresas mais internacionalizadas apenas quatro (Metalfrio, Embraer, Marisol e Cia Providência) não possuem atividades em nenhum dos países da América do Sul.

Além disso, os projetos de integração da infraestrutura se restringem a América do Sul e visam, sobretudo, criar as condições para melhorar a circulação de bens e serviços da região. Isto é, beneficiar "a logística das exportações da região ao abrir alternativas de escoamento da produção, com menores distâncias, custos mais baixos e, conseqüentemente, maior competitividade dos produtos no mercado internacional" (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2011, p20). Desse modo, a América do Sul consta nos interesses da burguesia brasileira àvida por realizar um conjunto de obras que permita às suas mercadorias um deslocamento mais rápido aos países centrais, além de lucrarem com a construção de tais vias (ZIBECHI, 2008).

Por fim, gostaríamos de mencionar que o estabelecimento de marcos regulatórios e acordos comerciais estimulam os investimentos brasileiros na região, dentre os quais destacamos as reduções das alíquotas do Imposto de Importação concedidas para Bens de Capital, Informática e Telecomunicações[20]. A esse respeito Ribeiro e Lima (2008) ressaltam que a estabilidade de regras foi um dos fatores determinantes para a consecução de inversões na América do Sul.

Os Estados Unidos manteve uma participação significativa no destino das inversões brasileiras ao longo dos anos 2000 chegando a representar 12,1% desse total no ano de 2010. Sem dúvida, a inserção e consolidação num dos principais mercados consumidores do mundo e principal centro financeiro se constituiu na principal motivação desses investimentos. Cabe ressaltar que a

[20] Para maiores detalhes ver a Tarifa Externa Comum (TEC) assinada entre os países que compõem o Mercosul. Para os outros países da América do Sul ver os Acordos de Complementação Econômica (ACE) realizados no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e da Comunidade Andina (CAN).

produção das empresas nos EUA acaba sendo mais elaborada do que a realizada em outros países. Um exemplo disso é a Vale que produz aço laminado plano e dutos nos EUA, enquanto em diversos outros países mantém apenas a atividade de extração mineral. Do mesmo modo, a Friboi possui abate bovino, suíno e ovino nesse país enquanto em outras nações mantém apenas uma dessas unidades.

Tabela 5 - Investimento Direto Externo Brasileiro segundo o país receptor e com exclusão de alguns paraísos fiscais, 2001-2010

(US$ milhões)

Países	IED										
	2001	2002	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total	49.689	54.423	54.423	54.892	69.196	79.259	114.175	139.886	155.668	164.523	189.222
Total*	**17.086**	**17.126**	**17.126**	**19.010**	**27.991**	**37.269**	**59.256**	**76.738**	**82.790**	**94.890**	**116.594**
Alemanha	0,6	1,0	1,0	0,7	0,8	0,5	0,4	0,2	0,3	0,2	0,1
Argentina	10,5	9,5	9,5	8,7	6,4	5,7	3,7	3,3	4,3	4,7	4,6
Áustria	0,1	0,6	0,6	1,7	1,4	1,8	6,4	40,7	37,7	38,2	32,2
Bermudas	5,8	6,5	6,5	3,2	1,6	1,9	25,4	0,9	0,3	1,3	0,5
Bolívia	0,3	0,4	0,4	0,3	0,2	0,2	0,1	nd	nd	nd	nd
Canadá	2,6	1,6	1,6	0,3	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	1,4	1,9
Chile	0,9	1,0	1,0	1,1	0,7	0,6	3,0	0,7	0,5	0,5	0,5
Colômbia	0,8	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,4	0,6	0,8
Dinamarca	0,1	0,1	0,1	0,1	23,1	25,4	17,5	14,1	9,7	10,2	8,3
Equador	0,4	0,6	0,6	0,3	0,4	0,0	0,1	nd	nd	nd	nd
Espanha	9,8	17,3	17,3	9,4	10,6	9,0	7,2	5,5	6,3	5,6	7,8
Estados Unidos	9,0	12,3	12,3	12,1	10,1	11,6	7,1	10,7	12,7	12,0	12,1
Luxemburgo	3,4	2,4	2,4	10,8	11,2	9,6	6,8	5,6	5,6	4,9	4,4
Países Baixos (Holanda)	3,4	2,2	2,2	3,9	4,2	7,9	5,7	2,8	3,0	4,0	9,6
Panamá	5,6	5,6	5,6	4,1	1,5	1,4	1,0	1,5	4,5	1,1	1,4
Paraguai	0,3	0,2	0,2	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
Peru	0,3	0,3	0,3	0,3	1,0	0,8	0,4	0,8	0,3	0,7	1,9
Portugal	4,3	7,0	7,0	5,7	3,5	2,3	1,7	2,1	1,8	2,1	2,8
Reino Unido	2,0	0,7	0,7	2,3	1,7	2,4	1,6	1,1	1,6	1,1	0,8
Uruguai	21,1	13,1	13,1	19,2	8,3	6,4	3,1	2,6	3,0	2,9	2,3
Venezuela	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,4	0,2	0,3	0,3	0,8	0,6

Fonte: Declarações do CBE (Capitais Brasileiros no Exterior)/BCB

4. Estratégia de desenvolvimento governamental e IED

O movimento de inserção do país na globalização a partir da segunda metade dos anos de 1990 obedeceu a lógica neoliberal, segundo a qual as forças de mercado atuando livremente - sem intervenção governamental - conduziriam a resultados econômicos eficientes e a um maior nível de desenvolvimento da economia brasileira.

Nessa perspectiva, a abertura comercial e financeira, ao colocar o Brasil numa relação mais próxima com os capitais externos, elevaria a produtividade da economia. A abertura da economia seria essencial, tendo como objetivo a exposição da estrutura produtiva nacional à concorrência pois:

> la liberación económica reduce lãs ineficiências estáticas generadas por la mala distribución y el desperdicio de recursos; b) la liberalización econômica estimula el proceso de aprendizaje; c) lãs economias orientads al exterior consiguen enfrentar mejor los shocks externos adversos; d) los sistemas econômicos basados em el

> mercado se muestram menos proclives a actividades com fines rentistas, generadoras de desperdício. (BAUMANN, 2001, p. 151)

Ainda segundo a lógica neoliberal, as empresas transnacionais teriam um papel importante na reestruturação produtiva das empresas brasileiras, estimulando a adoção dos novos padrões técnicos característicos da terceira revolução industrial. Além disso, o capital internacional "através de seus efeitos sobre o dinamismo tecnológico do país, [...] definirá os contornos básicos do novo ciclo do crescimento" (FRANCO, 1998, p.122). Desse modo, o planejamento governamental se torna um elemento dispensável na consecução do desenvolvimento do país.

Os resultados desse modelo no Brasil foram, entretanto, bastante diferentes da teoria. Observou-se, no período, o reforço das características estruturais da economia com reflexos negativos sobre a capacidade de engendrar um novo ciclo de crescimento por causa da desarticulação da economia nacional e da perda de poder dos centros internos de decisão.

O aprofundamento das características estruturais se expressa no aumento da dependência externa nos âmbitos financeiro, produtivo e tecnológico e no crescimento das desigualdades sociais expressa no aumento do desemprego, do subemprego e da queda do rendimento médio do trabalho vis-à-vis o aumento da lucratividade dos investimentos financeiros.

No caso da estrutura produtiva, conforme mencionamos anteriormente houve uma fragilização dos encadeamentos produtivos e tecnológicos. Do ponto de vista financeiro, a análise dos indicadores macroeconômicos indica que a abertura econômica sem a consecução de políticas industrial, tecnológica e comercial foi responsável pela deterioração das contas do Balanço de Pagamentos (BP), em especial a conta de serviços, e pela ampliação da vulnerabilidade externa - dado o grande passivo externo acumulado[21].

Nesse contexto, o investimento externo brasileiro aparece como um elemento dinamizador das exportações capaz de diminuir o desequilíbrio no BP e como um elemento crucial para manutenção da competitividade das empresas que sobreviveram ao processo de desnacionalização dos anos de 1990, evitando, assim, o aumento das obrigações financeiras com o exterior. Segundo Coutinho et al (2003),

> em um conjunto grande de setores, a internacionalização das operações é uma variável importante para expandir as exportações [...] em um certo grupo de setores, o aumento consistente das operações no exterior, tanto comerciais quanto

[21] Passivo Externo Bruto definido como o estoque líquido de capitais externos dentro do país devido aos investimentos em portfólio, ao ingresso de IED aos empréstimos e financiamentos que geram suas contrapartidas em remessas de lucros, juros e dividendos. Ocorre, porém, que como as empresas que entraram no Brasil visavam atender seu mercado interno e, portanto, possuem baixo coeficiente de exportação, não contribuíram para aquisição de divisas capaz de fazer frente aos novos compromissos. Para maiores detalhes ver COUTINHO ET AL (2003).

> produtiva, tornou-se um componente essencial da estratégia competitiva de empresas que almejam alcançar e manter posições relevantes no mercado. Nesses setores a competição já extrapolou o âmbito nacional/regional, com a concorrência passando a ocorrer, crescentemente em bases globais (COUTINHO ET AL, 2003, p.27/28).

Com base no diagnóstico acima descrito, a preocupação com a melhoria da inserção externa da economia brasileira passa a figurar nos documentos oficiais, a partir de 2003, como elemento fundamental para a consecução do desenvolvimento do Brasil[22]. A internacionalização das empresas brasileiras se constitui, então, num dos eixos de intervenção governamental.

A estratégia para estimular investimentos brasileiros no exterior pode ser melhor apreendida através da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada no ano de 2008. Nesse documento, a Integração produtiva com América Latina e Caribe e a Integração com a África são classificadas como destaques estratégicos "para o desenvolvimento produtivo do país no longo prazo" na medida em que podem abrigar investimentos ou se constituírem em mercado para os produtos brasileiros.

A consecução de tais destaques estratégicos passa pelo programa para "consolidar e expandir a liderança brasileira com ênfase na inovação e na internacionalização de empresas [...] contemplado setores e empresas que têm projeção internacional e capacidade competitiva" (MIDC, 2010, p.16). Para tal, o PDP elegeu os setores de Mineração; Celulose e papel; Siderurgia; Carnes; Complexo Aeronáutico; Petróleo, Gás Natural, Petroquímica e Bioetanol como alvo de uma agenda de ações que contém medidas de apoio técnico, de financiamento, de incentivos tributários e de alteração do marco regulatório, adequando-o às particularidades das atividades produtivas (MIDC, 2010).

A condução do programa para consolidar e expandir a liderança brasileira internacional foi deixado a cargo do BNDES visto que esse banco já se constituía no principal financiador das estratégias empresariais de investimentos no exterior. De acordo com o banco, de 2005 até outubro de 2011 foram efetuados desembolsos no valor de R$ 12,7 bilhões para financiar o referido projeto. Os recursos foram destinados à ampliação da capacidade instalada, ao financiamento de aquisições, à construção de novas plantas e à instalação de filiais (COUTINHO, 2011).

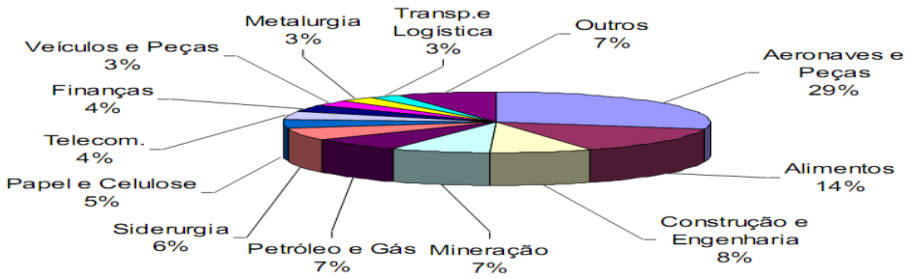
O dinheiro foi aplicado em treze setores de atividades conforme as proporções ilustradas no Gráfico 1 que nos mostra, também, que a exceção do Bioetanol, os segmentos considerados estratégicos pelo PDP foram contemplados com apoio financeiro governamental. O segmento de

[22] Para maiores detalhes ver Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (2003).

Aeronaves e peças respondeu pela maior participação nos desembolsos do BNDES em razão de ser o setor de maior conteúdo tecnológico e valor agregado. Além disso, o tempo de retorno do investimento de mais longo prazo dificulta o acesso a fontes privadas de financiamento.

No caso do ramo de Alimentos, que registrou a segunda maior participação no valor dos desembolsos, a elevada solicitação de recursos governamentais ocorre porque as empresas do setor possuem menor capacidade de autofinanciamento e menor acesso a outras fontes de recursos quando comparado, por exemplo, a empresas do setor de Petróleo ou Siderúrgico que possuem uma atuação internacional mais consolidada.

Gráfico 1 - Setores de atividades segundo a participação no valor dos desembolsos do BNDES, 2005-out/2011



Fonte: Coutinho (2011)

Gostaríamos de ressaltar os limites que a inserção produtiva do Brasil no exterior nos termos propostos apresenta para a consecução do desenvolvimento do país. Isso porque ela está assentada na divisão do trabalho que relega aos países em desenvolvimento a produção de bens de menor conteúdo tecnológico, o que já foi amplamente critica no âmbito do pensamento crítico latino americano. Aqui apontaremos algumas dessas proposições.

Uma primeira se refere a pouca participação do país na produção dos bens e serviços que estão na fronteira da acumulação do capital, ou seja, aqueles produtos que conseguem estimular diversos setores de atividade e propiciam maior lucratividade, isto é, ramos e segmentos que tem "la capacidad de convertise em pequeñas locomotoras que jalen a la expansión" (OSORIO, 2004, p.43).

Atualmente, no âmbito da chamada terceira revolução industrial são os segmentos ligados à microeletrônica e a tecnologia da informação que cumprem esse papel dinâmico na medida em que criaram novos produtos que para serem confeccionados necessitam de grandes investimentos na constituição de um novo aparato produtivo, mobilizando, assim, uma multiplicidade de matérias-primas, partes e componentes que espraiam o impulso do investimento inicial pelo conjunto da economia, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento de longo prazo.

Em segundo lugar, a internacionalização das empresas brasileiras pode melhorar as contas do Balanço de Pagamentos (BP) através das remessas de lucros, juros e dividendos para o Brsil, mas não poderá resolver esse problema estrutural da sua economia e que se dá pela relação com a qual os capitais internacionais têm com o país. Isto é, do ponto de vista produtivo, os grandes grupos internacionais, estabelecem relações de

> caráter especulativo [que] se manifesta na extrema volatilidade de seus laços com o espaço econômico nacional e se consubstancia no fato de que as grandes empresas transacionais não abrem mão da mobilidade espacial de seus capitais, pois não aceitam ficar confinadas as fronteiras de economias que desempenham papel residual na concorrência intercapitalista em escala global. (SAMPAIO JR., 1999, p. 110/111).

Os investimentos internacionais geram as remessas de juros, lucros e dividendos realizadas de acordo com critérios internos aos grupos e de maneira nenhuma se relacionam com a disponibilidade de divisas dos países onde tiveram lugar os investimentos. Na fase atual caracterizada pela livre mobilidade de capitais, além daqueles associados aos investimentos, temos os movimentos ligados às aplicações financeiras, resultando em aumento da vulnerabilidade externa das economias subdesenvolvidas e da reflexidade às mudanças da economia internacional e, principalmente, dos mercados financeiros.

Por fim, gostaríamos de salientar que embora ainda não existem subsídios para verificar os resultados desse processo para o conjunto da economia brasileira, o perfil setorial da internacionalização demonstra que ela está baseada na exploração dos recursos naturais com todas as consequências socioambientais que tais explorações já demonstraram acarretar[23]. Parece, portanto, que a internacionalização da produção brasileira ao invés de contribuir para resolver os problemas estruturais do Brasil tem exportado, principalmente, para a América do Sul as características predatórias do seu desenvolvimento.

Considerações finais

O processo de internacionalização das empresas brasileiras ainda é incipiente, mesmo quando comparado com outros países em desenvolvimento, como a Rússia e a Índia. A discrepância aumenta se como referencial adotarmos as economias asiáticas.

[23] Do ponto de vista social, consolida-se um padrão de utilização do solo associado a grandes capitais cuja consequência é o progressivo aumento da concentração de terras e a continuidade dos conflitos sociais a ela (terra) associados, uma vez que ocorre o empobrecimento da população e o aumento da concentração de renda.O aumento da concentração fundiária se constitui numa tendência de longo prazo, presente na expansão do setor de celulose, mineral, bioetanol na medida que as empresas incorporam periodicamente terras ao seu patrimônio antes mesmo da necessidade de sua utilização. Acrescente-se, ainda, a questão ambiental que resulta da substituição da biodiversidade pela monocultura e que se relaciona com a esterilização dos solos, destruição das nascentes de rio e extinção da fauna e da flora nativa.

Sem dúvida o impulso inicial do IED brasileiro foi a globalização que se por uma lado, resultou no ajuste regressivo da estrutura produtiva nacional, por outro promoveu a oligopolização de setores produtivos, propiciou acesso a nova fontes de financiamento e permitiu a atualização tecnológica das empresas brasileiras, constituindo a base sobre a qual os grupos começaram a traçar suas estratégias de internacionalização.

Mais recentemente, os projetos elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDC) e conduzidos pelo BNDES – responsável, também, pelo financiamento da internacionalização produtiva brasileira - representam um importante apoio para a continuidade do processo e podem contribuir para diminuição os investimentos diretos voltados a obtenção de vantagens fiscais, financeira e cambiais, diminuindo, também a participação dos paraísos fiscais enquanto destino principal do IED do país.

Ressaltamos, entretanto, que embora o PDP represente o retorno de uma perspectiva de intervenção governamental voltada ao desenvolvimento, seus limites se expressam quando observamos os setores alvo da política de internacionalização de empresas, uma vez que tal definição parece sancionar uma inserção internacional do país com base na divisão do trabalho construída pelo mercado, qual seja, uma especialização em produtos de menor valor agregado e conteúdo tecnológico, além de um padrão de crescimento com base na exploração de recursos naturais e da força de trabalho.

Desse modo, longe de significar uma intervenção efetiva do poder público para promover modificações da estrutura econômica— a iniciativa pública "corre atrás" da iniciativa privada, sancionando as opções de IED formuladas pelo mercado. Consideramos que uma política mais consistente de desenvolvimento, passa por ações que procure resolver os problemas da estrutura econômica interna, uma vez que o perfil da internacionalização reflete as debilidades da economia brasileira.

Bibliografia

AMBROSIO, Antônio Marcos. Entendendo o investimento brasileiro direto no exterior. *Visão do Desenvolvimento*. n. 52. Brasília: BNDES, Setembro de 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). *Capitais Brasileiros no Exterior (CBE)*. Brasílica: BCB, 2011.

BAUMANN, Renato. Brasil em los años noventa: uma economia em transición. *Revista de la CEPAL*. No. 73, Santiago de Chile, p 149-172, 2001.

CARACANHOLO, Marcelo. *Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento*. Mimeo, s.d.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. Caps. 7 e 10. São Paulo: UNESP, IE-Unicamp, 2002.

COUTINHO, Luciano; HIRATUKA, Célio & SABBATINI, Rodrigo. O desafio da Construção de uma inserção externa dinamizadora. In: *Seminário Brasil em Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Disponível em: < http://www.ie.ufrj.br/desenvolvimento/pdfs/o_desafio_da_construcao_de_uma_insercao_externa_dinamizadora.pdf> Acesso em 11/01/2012.

COUTINHO, Luciano. O BNDES e o apoio aos projetos Brasil-América Latina. Rio de Janeiro: BNDES, 2009. Disponível em: < http://ceal-int.org/RD/abr09/bndes.pdf>, Acesso: 07/01/2012.

_____. *O BNDES e o apoio aos projetos Brasil-América Latina*. Rio de Janeiro: BNDES, 2011. Disponível em: <http://ceal-int.org/RD/abr09/bndes.pdf>, Acesso: 07/01/2012.

FIESP. *Raio-X do Investimento*. São Paulo, 2010. Disponível: <http://www.fiesp.com.br/derex/analise_comex/raiox_invest/raio%20-%20x%20do%20investimento%20-%20fevereiro%202010.pdf> Acesso: 12/11/2011

FILGUEIRAS, Luiz & GONÇALVES, Reinaldo. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FRANCO, Gustavo. A inserção externa e o desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 18, no. 3 (71), julho-setembro 1998

FREITAS, Maria Cristina Penido. Internacionalização do sistema bancário. In: *III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira*. FGV: São Paulo, 2010. Disponível em: < http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2010/48.pdf> Acesso: 17/12/2011.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Ranking das Transnacionais brasileiras: repensando as estratégias globais*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. Disponível em: < http://www.fdc.org.br/pt/publicacoes/Paginas/RelatoriosDePesquisas.aspx> Acesso em: 16/01/2012.

GARCIA, Ana Saggioro. Empresas brasileiras: dupla frente de luta. In: *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. Org. Instituto Rosa Luxemburgo Stiftung. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAPLANE, Fernando ET AL. *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: UNESP & Campinas: UNICAMP, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MIDC). *Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)*. Disponível em: http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3253#PDP. Acesso em: 08 de janeiro de 2012.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Balanço de Política Externa 2003/2010*. Brasília: MRE, 2011. Disponível: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/resumo-executivo/view Acesso: 10/01/2012.

OSORIO, Jaime. *Crítica de La economia vulgar*. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

PILHON, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. Um ponto de vista Keynesiano. In. CHESNAIS, F. (org.). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

PROJETO PERSPECTIVA DE INVESTIMENTO NO BRASIL. *Perspectivas de investimento na dimensão do MERCOSUL e da América Latina*. Org. Simone de Deos. Campinas: UNICAMP, 2009.

PRATES, Daniela Magalhães. A inserção externa da economia brasileira no governo Lula. In: *A supremacia dos Mercados e a política econômica do governo Lula*. Ricardo Carneiro (org.). São Paulo: UNESP, 2006.

RIBEIRO, Fernando & LIMA, Raquel. Investimentos brasileiros na América do Sul: desempenho, estratégias e políticas. FUNCEX: Rio de Janeiro, 2008.

SAMPAIO JR. Plínio. *Entre a Nação e a Barbárie*. Petropólis: Vozes, 1999.

STAL, Eva & SEREIA, Vanderlei José. Estratégias de internacionalização do setor agroindustrial brasileiro de carnes: exportação ou Investimento Direto no Exterior? *Future Studies Research Journal : Trends and Strategies*, Vol. 2, No 2. São Paulo, 2010 < http://revistafuture.org/index.php/FSRJ/article/view/59> Acesso: 17/12/2011

TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. Desenvolvimento no Brasil – Relembrando um velho tema. In: BIELSCHOWSKY, R. E MUSSI, C. (Orgs). *Políticas para a retomada do crescimento*. Brasília, IPEA/CEPAL, 2002.

VALE DO RIO DOCE. *Investimentos*. Disponível em: < http://www.vale.com.br/pt-br/investidores/Paginas/default.aspx> , Acesso: 03/03/2012.

ZIBECHI, Raúl. Economistas de esquerda da América Latina apontam que o Brasil pode ser o principal entrave para a construção do Banco do Sul. *Brasil de Fato*. Disponível em: http://www3.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/o-brasil-como-problema. Acesso em 08/10/2010